



SINDISAÚDE-RS

FILIADO À CUT E FEESERS

# JORNAL Emergência

www.sindisaude.org.br

Sindicato dos Profissionais de Enfermagem, Técnicos, Duchistas, Massagistas e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde do RS

Ano X - nº 78 - Junho e Julho/09

João Guimarães, 41 - Porto Alegre/ RS 90630-170

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

- mudou-se
- desconhecido
- recusado
- falecido
- ausente
- não procurado
- endereço insuficiente
- não existe o número indicado
- inf. porteiro/síndico
- outros (especificar)

Data \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Impresso Especial

3365/2005-DR/RS  
SINDISAÚDE-RS  
CORREIOS



# SINDICATOS PATRONAIS DEFINEM EM JULHO CAMPANHA SALARIAL

Após longas negociações com os sindicatos patronais, em conjunto com a pressão dos trabalhadores nos acampamentos de mobilização, a Convenção Coletiva deverá ser fechada nos últimos dias de julho. Em relação ao Sindiberf (Sindicato dos hospitais filantrópicos) o SINDISAÚDE-RS conquistou um reajuste salarial de 6%, sendo que já foram repassados 2% no mês de abril. Quanto ao Sindihospa (Sindicato dos Hospitais Privados), haverá uma **Assembleia Geral – dia 12/08 – às 14 horas, no Parque Social da Ashclin**, quando será avaliada pela categoria a proposta apresentada pela patronal. Leia mais na página 5.



Assembleia de 30/6 rejeitou a proposta da patronal. Categoria esteve mobilizada durante duas semanas em acampamentos em frente aos hospitais.



**SINDISAÚDE-RS Convida:**

**Núcleo Tradicionalista Cabo Toco**

Venha para a Semana Farroupilha  
Local: Parque da Harmonia - Galpão do Sindisaúde  
Traga sua cuia e sua bomba

De 07 a 20 de Setembro de 2009




**SINDISAÚDE-RS**

FILIADO À CUT E FEESERS

## Ulbra: Proposta de PDV é realidade

A reitoria se reuniu com o SINDISAÚDE-RS e admitiu que a alternativa encontrada é um Plano de Demissão Voluntária para todos os trabalhadores da saúde da instituição.

Página 4

**Audiência na Cosmam debate mais uma vez o ESF**

Página 6

**Comissão de Seguridade Social da Câmara Federal aprova jornada de 30 horas. A luta está chegando ao final.**

Página 7

Acompanhe as atividades da diretoria e fique sabendo onde o Sindisaúde-RS está atuando.

## Agenda Junho

**Dia 1º** - Reunião de Planejamento; Plenária Ordinária CMS/Gravataí.

**Dia 2** - Reunião do FSST; reunião no HCPA; reunião com trabalhadores da UTI do GHC; assinatura da emenda popular 12% da saúde, na presidência da AL; reunião da fiscalização do CMS/Gravataí.

**Dia 3** - Eleição delegado sindical da Santa Casa; reunião da CEPPIR; reunião com Valdir Canal; audiência pública na Câmara de Vereadores de Canoas sobre PPA.

**Dia 4** - Reunião Ordinária da Mesa de Negociação do GHC; reunião no Sindihospa sobre Campanha Salarial; reunião da Secretaria de Mulheres da CUT; reunião no Sindiberf; Plenária Ordinária do CMS/POA.

**Dia 5** - Audiência no MPT sobre sistema TRI/TEU.

**Dia 8** - Reunião de Planejamento; reunião com o Deputado Pepe Vargas, em Caxias do Sul; reunião com trabalhadores da higienização do GHC; reunião com prefeito de Canoas sobre o Hospital Universitário da Ulbra; reunião para compor a Diretoria do Fórum Permanente de Educação e Prevenção das LER/DORT - auditório da Superintendência do Trabalho; reunião na Câmara de Vereadores de Viamão sobre agentes da saúde do Programa ESF; reunião ordinária do CMS/Canoas; reunião CMS/Gravataí; reunião no CTG 35 sobre Semana Farroupilha.; visita ao Quilombo Silva.

**Dia 9** - Seminário: Legislação Previdenciária/Acidentária - Lei N° 8213, em São Paulo; reunião de negociação com o Sindihospa; Mobilização pela votação do Piso Mínimo Regional da Categoria, na AL; reunião com direção do GHC.

**Dia 10** - Reunião do Conselho Fiscal; reunião na secretaria de Mulheres da CUT; reunião da CEPPIR; reunião CECDR/CUT; audiência pública na Câmara de Vereadores de Canoas; reunião extraordinária do Conselho Gestor do GHC.

**Dia 11** - Reunião no CECDR/CUT.

**Dia 15** - Reunião de Planejamento; reunião do Conselho Sindical; Plenária Ordinária do CMS/Gravataí.

**Dia 16** - Eleição no Sindicato dos Sapateiros; reunião do FSST; reunião na Associação dos Funcionários Públicos;

**Dia 17** - Eleição para Delegado Sindical de Gravataí; Seminário de Saúde do Trabalhador, sobre a atuação dos sindicatos no ambiente de trabalho - promoção da Prevensul, na PUC; reunião em Hosp. em Bom Princípio; reunião CEPPIR; reunião ordinária CMS/Cachoeirinha; reunião do Conselho Gestor do GHC.

**Dia 18** - Reunião Comissão de Negociação GHC; reunião ordinária da Mesa de Negociação do GHC; reunião do CCDR/CUT; reunião com Comitê Gestor da Crise da Ulbra, em Canoas; reunião extraordinária do CMS/Canoas.

**Dia 19** - Assembleia no Hospital da Ulbra em Tramandaí; audiência MPT ref. Instituto Hospitalar Santo Antônio.; início do 12º CECUT

**Dia 20 e 21** - 12º CONCUR, em Mariluz.

**Dia 22** - Reunião de Planejamento; audiência SINDISAÚDE-RS X Hospital Espírita.

**Dia 23** - Reunião da CECDR/CUT; audiência SINDISAÚDE-RS X AFM; audiência SINDISAÚDE-RS X Hosp. São Luiz, de Mostardas; audiência

SINDISAÚDE-RS X Hosp. Beneficência Portuguesa; 11º Curso de Promotoras Legais Populares, no Sindibancários.

**Dia 24** - Reunião no MPT, ref. sistema transporte Tri/Teu; reunião CEPPIR/GHC; reunião Ulbra Universitário; audiência de conciliação SINDISAÚDE-RS X HBP; reunião conjunta da Diretoria e gerentes do GHC; Debate sobre a alteração da lei 8213/91, em São Paulo; reunião do Conselho Gestor do GHC.

**Dia 25** - Reinauguração do hospital Universitário da Ulbra; reunião com Direção da Santa Casa; reunião na COSMAM - "Guarda Armada nas Unidades da Saúde"; reunião ES, Cruz Alta; reunião com direção do HCPA; reunião ESF; reunião do Fórum Estadual de Mulheres, na Fecosul; Plenária Extraordinária do CMS/POA.

**Dia 26** - Reunião diretores, Conselho Fiscal e Conselho de Representantes junto à CNTS, na Feessers; reunião com direção do GHC.

**Dia 28** - Reunião no CTG 35 sobre Semana Farroupilha.

**Dia 29** - Reunião de Planejamento, reunião extraordinária do CMS/Gravataí; reunião de fiscalização do CMS/Gravataí.

**Dia 30** - Mobilização pela redução da Jornada de Trabalho sem redução dos salários, no Congresso Nacional, em Brasília, atividade da CUT; Reunião na COSMAM, sobre o Projeto de Lei do Programa ESF; Assembleia Geral da Campanha Salarial; reunião no Hosp. de Santo Antônio da Patrulha; audiência no MPT, para tratar de questões do HNSL de Guaíba.

### Woyciechski reeleito presidente da CUT com o apoio do SINDISAÚDE-RS



O SINDISAÚDE-RS participou nos dias 19, 20 e 21/6 do 12º CONCUR - Congresso dos Trabalhadores da CUT, em Mariluz, litoral norte, quando foi realizada a eleição do novo presidente da CUT - Central Única dos Trabalhadores - e apoiou a Chapa 1 - Uma Só Classe, Uma Só CUT, que saiu vitoriosa. Celso Woyciechski foi reeleito com 369 votos (57,92%).



## Julho

**Dia 1º** - Audiência SINDISAÚDE-RS X Laboratório Weinmann; reunião com a direção do Hospital Santa Luzia de Capão da Canoa; reunião CEPPIR/GHC; reunião da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS;

**Dia 2** - Acampamento da Campanha Salarial no Hospital Moinhos de Vento; Seminário do Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente; reunião no HCPA; reunião do Conselho Estadual de Saúde; reunião com Dr. Damásio, no HCPA; Reunião Ordinária do CMS/POA.

**Dia 3** - Acampamento da Campanha Salarial no Hospital Fêmima; Seminário do Coletivo Nacional de Saúde, Trabalho e Meio Ambiente.

**Dia 6** - Reunião de Planejamento; reunião com Vereador Joãozinho de Viamão; reunião Câmara de Vereadores de Viamão; Plenária Ordinária do CMS/Gravataí.

**Dia 7** - Reunião ULBRA; reunião com Direção do HCPA; reunião do FSST; votação da emenda popular para incluir os 12% na saúde na LDO/2010; reunião de fiscalização do CMS/Gravataí.

**Dia 8** - Acampamento da Camp. Salarial no Hospital Nossa Senhora da Conceição; reunião da Secretaria de Mulheres da CUT; reunião da CEPPIR/GHC; reunião com funcionários do Beneficência Portuguesa; Plenária da Coordenação dos Movimentos Sociais.

**Dia 9** - Acampamento da Campanha Salarial no Hospital Mãe de Deus; Audiência no Ministério Público do Trabalho referente à IC 406/2006 - Hospital da ULBRA;

**Dia 10** - Acampamento da Campanha Salarial no Hospital Cristo Redentor; Audiência Pública sobre as Demissões Arbitrárias do GHC, na ASERGHG;

**Dia 13** - Seminário Saúde da População Negra no GHC; Audiência Pública sobre o Fator Previdenciário, na AL; reunião de Mediação na DRT; Assembléia Geral no Hospital de Guaíba; reunião ordinária do CMS/Canoas; Reunião de Fiscalização do CMS/Gravataí.

**Dia 14** - Acampamento da Campanha Salarial no HCPA; Mobilização em frente à Reitoria da ULBRA; reunião com Prof. Sergio do HCPA; reunião SES sobre o Hospital de Santo Antônio da Patrulha; reunião do Conselho Gestor do GHC; reunião do FSST; reunião no Ministério Público do Trabalho sobre Hospital de Guaíba; Reunião no Ministério Público do Trabalho sobre hospital de Guaíba e Santo Antônio da Patrulha.

**Dia 15** - Curso de Formação de Lideranças Sindicais - FEESERS; reunião do Conselho Fiscal; reunião CEPPIR/GHC; reunião extraordinária do Conselho Gestor do GHC.

## EXPEDIENTE

**Presidente:** João Roberto Menezes - **Vice-Presidente:** Ricardo Souza Martins - **Secretário-Geral:** Vilma Fernandes Ribeiro Santana - **Tesoureiro:** Maria Luiza Dornelles Alves - **Diretor Jurídico:** Gilmar Luis França - **Diretor de Formação Sindical:** Gilnei Rachinhas Borges - **Diretor de Imprensa e Divulgação:** Rudinei Ribeiro da Silva - **Diretor de Cultura, Esporte e Lazer:** Albino Ferreira da Silva - **Diretora de Saúde do Trabalhador:** Alair Rosinete Silva Simão - **Diretor de Patrimônio:** Júlio César Duarte - **Diretor de Assuntos de Gênero, Raça e Diversidade Sexual:** Maria Geneci Macedo da Silveira - **Diretor de Assuntos do Interior:** Edson Clatino de Souza - **Suplentes da Diretoria:** Cláudio Roberto de Lima, Elenita Maria Flores, Carlos Eduardo Silveira Gomes, Vander Luis Nascimento Charmes, Heliege Wivianne de Azeredo Missel De Nardi; Genilda Gomes de Souza - **Conselho Fiscal:** Maria Lúcia Schäffer (1º Conselheiro), Marco Antônio Plá (2º Conselheiro), Maristela Bernadete de Moura (3º Conselheiro) - **Suplentes:** Danilo Toio Farias (1º Conselheiro), José Ricardo Paz Neves (2º Conselheiro), José Antonio Luiz de Mello (3º Conselheiro) - **Delegados junto à Federação:** Emerson Cordeiro Pacheco (1º), Rosa Anacleto Soares Vaz Carvalho (2º) - **Suplentes:** José Ricardo da Silva Vieira (1º) e Elizete Beatriz Glória Gonçalves (2º)

Esta publicação é de responsabilidade do Sindisaúde-RS - Rua João Guimarães 37 e 41 - Santa Cecília - Porto Alegre/RS - CEP 90630-170 - (51)3378.6600 - 3378.6601  
Clínica: Rua Vicente da Fontoura, 2222 - Fone: (51) 3333.1916 - www.sindisaude.org.br - direcao@sindisaude.org.br - CNPJ: 92962745/0001-50

Edição, redação e fotos: Jornalista Cláudia Moritz DRT/RS 5528 - jornal@sindisaude.org.br -

Diagramação: MC Comunicação - rs017827@via-rs.net. Fone: (51) 3237-8884 . Impressão: VT Propaganda e Mídia - Tiragem: 10 mil exemplares

# Comissão de Direitos Humanos debate o fator previdenciário

A Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul promoveu em 13/7 um debate sobre o fator previdenciário com a presença do senador Paulo Paim (PT/RS), autor do projeto que propõe a extinção do mecanismo, e do relator do Projeto Substitutivo na Câmara, deputado federal Pepe Vargas (PT/RS).

**P**aim afirmou que o projeto que extingue o fator previdenciário (PL 3299/08) e confere às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário mínimo deve ser votado o mais breve possível, ainda neste ano. Também defendeu que os recursos da previdência sejam utilizados única e exclusivamente nas aposentadorias.

Pepe Vargas fez uma longa exposição sobre o tema da previdência social e apresentou informações e dados atualizados da arrecadação e gastos da previdência. Segundo ele, o governo federal aceita negociar uma proposta alternativa ao projeto original do senador Paim, por entender que a fórmula atual prejudica a classe trabalhadora. Essa proposta alternativa seria a 95/85, que consiste no direito de se aposentar quando a soma da idade com o tempo de contribuição resultar em 85 para as mulheres ou 95 para os homens, não valendo para professores e professoras que teriam como referência a fórmula 90/80.

Segundo o deputado, o governo federal reconhece que o Fator Previdenciário achata o valor do benefício e exige muitos anos a mais de trabalho para o brasileiro e concorda com uma mudança, desde que a solução encontrada dê ganhos aos trabalhadores mas que não venha a prejudicar a previdência a longo prazo.

Além da aplicação da fórmula 95/85, ele ressaltou que pretende, em sua proposta, manter uma média de cálculo dos 70 melhores salários de contribuição e propor o congelamento da expectativa de sobrevida quando o segurado atingir 35 anos de contribuição, se homem e 30, se mulher. Ele também sugere a definição em lei de uma forma de apresentação dos resultados do Regime

Geral da Previdência, dando transparência às suas fontes de financiamentos e de despesas.

Pepe Vargas é o relator da proposta na Comissão de Finanças e Tributação, e a matéria necessita adequação orçamentária, por isso precisa provar que o orçamento comporta a sua aplicação. Segundo o parlamentar, a Previdência Social não é deficitária, mas ao longo do tempo haverá uma necessidade de revisão do sistema, devido ao envelhecimento acelerado da população brasileira.

Também participaram do debate a Juíza Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Simone Barbisan Fortes, o presidente da AL, deputado Ivar Pavan, representantes da Força Sindical; da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); a Intersindical; União Geral dos Trabalhadores do RS (UGT/RS), FETRAF-SUL, FETAG, Associação do Juizes Federais do RS, o SINDISAÚDE e muitos outros sindicatos de trabalhadores

## O que é Fator Previdenciário?

O Fator Previdenciário, criado em 1999, é um redutor no valor inicial da aposentadoria. A fórmula de cálculo leva em consideração a alíquota de contribuição, idade e tempo de contribuição do trabalhador no momento da aposentadoria e expectativa de sobrevida (calculada conforme tabela do IBGE). Quanto maior a expectativa de vida no momento da aposentadoria, menor será o valor do benefício a ser recebido. Então, o trabalhador precisa trabalhar uma média de 4 a 6 anos a mais para receber a aposentadoria integral.



Na foto acima, Paim defendeu o fim do Fator Previdenciário e a aposentadoria integral a todos os trabalhadores. O mesmo que Pepe Vargas, que propõe uma nova fórmula para o cálculo, já conhecida por 95/85, e a média dos 70 melhores salários. Abaixo, integrantes do SINDISAÚDE-RS assistiram ao debate.

## Trabalhador da saúde pode requerer aposentadoria especial

Como os profissionais da área da saúde estão geralmente expostos no ambiente de trabalho a alguns agentes nocivos, como microorganismos e parasitas infecto-contagiosos vivos e suas toxinas, têm direito a receberem aposentadoria especial, mais vantajosa em relação à aposentadoria por tempo de contribuição.

Segundo a assessoria jurídica do SINDISAÚDE-RS, Woida, Forbrig, Magnago & Advogados Associados, a aposentadoria especial tem grande vantagem em relação à aposentadoria por tempo de contribuição porque àquela não incide o Fator Previdenciário e não exige idade mínima.

A aposentadoria especial é uma das modalidades de aposentadoria por tempo de contribuição, com redução do tempo em função do trabalho ser realizado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física do segurado que presta serviços em condições adversas ou com riscos superiores aos normais.

O tempo necessário para a concessão da aposentadoria especial é de 25 anos de trabalho em condições prejudiciais à saúde comprovados, através do PPP – Perfil Profissional Previdenciário.

Para períodos anteriores a 01/01/2004 pode ser feita através de antigos formulários SB-40, DSS 8030 e outros, onde ele deverá elencar a quais agentes nocivos estava exposto.

## Salário Mínimo Regional é reajustado em 7,1%

A Assembleia Legislativa aprovou (em 9/6) um reajuste de 7,1% do piso regional. Com isso, o salário mínimo no Estado varia entre R\$ 511,29 e R\$ 556,06, abrangendo quatro faixas. A faixa 2, na qual estão enquadrados os trabalhadores da saúde, passou para R\$ 523,07. Foram intensas as negociações porque as entidades sindicais dos trabalhadores reivindicavam um reajuste de 12% e o governo acenava com um aumento de 5,92%.

# Ulbra elabora Plano de Demissão Voluntária

Em reunião no dia 24/7, na reitoria da Ulbra, o representante da direção da instituição, José Luiz Duizith, relatou mais uma vez **as dificuldades para reabrir os hospitais Independência e Luterano e também para manter o Universitário, já que a empresa continua sem condições financeiras para isso.**



Duizith foi objetivo: a Ulbra não tem como manter os hospitais. Representaram o SINDISAÚDE-RS na reunião os diretores Gilmar França e Vilma Fernandes e os delegados sindicais Jarina (Independência), Paulinha (Luterano) e Rudnei (Universitário).

**A**diantou que estão elaborando um PDV – Plano de Demissão Voluntária, que será apresentado ao SINDISAÚDE-RS e demais sindicatos representantes dos profissionais da saúde, assim que ficar pronto. O SINDISAÚDE-RS tem posição contrária à aplicação de PDV, pois considera que a manutenção dos empregos e a saída para a crise da Ulbra têm solução, desde que haja parceria dos gestores públicos da União, Estado e Município. Porém, não cabe à entidade decidir, e sim a categoria. Por isso, tão logo seja apresentada a proposta da Reitoria, o SINDISAÚDE-RS chamará os trabalhadores da saúde para uma assembleia para discutir e avaliar a alternativa.

## Audiência Pública na Aserghc discute as demissões no GHC

No dia 10/7, a convite dos servidores do Grupo Hospitalar Conceição, o SINDISAÚDE-RS participou da audiência pública que foi organizada pela sua associação, a Aserghc. Estiveram também presentes as Centrais Sindicais CUT e CTB, o Conselho Gestor e diretores do GHC e os sindicatos Simers e Sindisprev. Na ocasião, foi debatida a questão das demissões e as estratégias da Direção para demitir trabalhadores que têm processo judicial contra a instituição.

O SINDISAÚDE-RS informou aos presentes que não existe “demissão em massa” e sim uma regular rotatividade de pessoal, com uma média de

11 trabalhadores demitidos por mês, conforme dados referentes a homologações, em uma base de 5 mil trabalhadores. No entanto, acredita que exista sim uma estratégia nefasta para demitir aqueles que têm ações na justiça, haja vista que muitos dos casos que chegaram até ao sindicato eram de funcionários que tinham avaliações de desempenho com conceitos A ou B, o que geralmente descaracteriza o motivo de demissão.

O SINDISAÚDE-RS solicitou aos sindicatos presentes que ajam da mesma forma, que exijam na hora das homologações o demonstrativo do desempenho, o que irá contribuir na defesa do trabalhador até o último recurso.

## Novo sistema de bilhetagem causa prejuízo aos trabalhadores?

O SINDISAÚDE-RS, sempre obstinado em defender os interesses dos trabalhadores da saúde, ingressou com uma representação no Ministério Público do Trabalho exigindo uma investigação no novo sistema de bilhetagem eletrônica do transporte municipal, porque suspeita de irregularidades que trazem prejuízos à categoria.

Há seis meses houve a troca em Porto Alegre e os trabalhadores passaram a ganhar cartões de créditos pré-pagos – o TRI ou TEU - em substituição às fichas avulsas. Nessa mudança, os hospitais e o sindicato que os representa, o Sindihospa, negociaram direto com a ATP - Associação de Transporte de Passageiros, sem a presença do SINDISAÚDE-RS.

Como está funcionando: os trabalhadores são descontados em seus contracheques os valores referentes a 4 passagens correspondentes aos dias de trabalho, mas eles não têm nenhum controle sobre o valor que é realmente repassado à ATP.

Existem denúncias de que os hospitais passaram a depositar somente três passagens por conta da suposta isenção que ocorre nos trinta minutos subsequentes, quando ele embarcar dentro desse prazo em um próximo ônibus. Esse procedimento causa transtornos à vida do trabalhador, que muitas vezes entre um trajeto e outro necessita, por exemplo, fazer compras ou buscar o filho na creche, o que não consegue fazer em meia-hora, como prevê o sistema.

Por outro lado, quando sobra crédito do mês anterior, é depositada no cartão apenas a diferença para completar o saldo, ou seja, a ATP conforme informação dos hospitais se apropria indevidamente dos valores creditado pelos hospitais e não repassa ao trabalhador.

O SINDISAÚDE-RS quer examinar o contrato e exige que os hospitais voltem a depositar os mesmos valores que depositavam no passado, ou seja, o equivalente a 4 passagens por dia.

**1ª Jornada LESBICA FEMINISTA**  
de 01 a 30 de Agosto de 2009

**III MARCHA LESBICA DE POA 30/08/2009**  
**I MARCHA LESBICA DO RS 15hs**

**Mulheres LÉSBICAS na LUTA**  
contra todo e tipo de **VIOLÊNCIA** e de **OPRESSÃO!**

**PROGRAMAÇÃO:**  
Acompanhe a programação pelo blog [MARCHA.EMANCIPACAO.LESBICAFEMINISTA.COM](http://MARCHA.EMANCIPACAO.LESBICAFEMINISTA.COM)  
E-MAIL: [lesbicafeminista@ig.com.br](mailto:lesbicafeminista@ig.com.br)

Projeto de filmes com temática médica e a sexualidade: homossexualidade, violência e direitos. Na Caxa Barulhada, Doméstica Câmara, 424 - POA.

**RODA DE DISCUSSÃO MEDICA**  
Discussão mediada pelo movimento social e por familiares de homossexuais sobre a temática da firmeza. Momento para levantar sobre nossas violências e de nossas famílias frente ao preconceito social e aos efeitos.

**OFICINA PARA CRIAÇÃO DE MATERIAIS**  
No dia 26, sábado do mês de Agosto, das 13 às 17hs oficina com mulheres lésbicas e Mães para criação de: livros, cartazes, panfletos e materiais necessários a serem utilizados durante a Marcha Lésbica

**OFICINA PARA DOCTORES E TRABALHADORES EM SAÚDE**  
No dia 2009, em parceria com a AUFES, o SINDISAÚDE-RS e o Conselho Gestor de Gestão Hospitalar e o Grupo Hospitalar Conceição, realizamos "Saúde das Mulheres Lésbicas", que trataremos sobre a temática da saúde.

**FESTA DÍGUA**  
Para as MULHERES PARA MULHERES. Organizada pelas gestoras da SDC-Governo no sábado, dia 29 de Agosto, a partir das 12hs. Momento de descontração e alegria para as mulheres para o mês de agosto.

**DOMINGO, 30/08, 13hs, no Espetáculo D'água do Parque da Redenção em Porto Alegre MARCHA LESBICA!**

**em cada BEIJO REVOLUÇÃO!**

**REALIZAÇÃO:**

## Diversidade sexual

O SINDISAÚDE-RS, através da sua pasta de Assuntos de Gênero, Raça e Diversidade Sexual está apoiando a 1ª Jornada Lésbica Feminista, que acontecerá de 1º a 30 de agosto, em Porto Alegre, e convida as trabalhadoras da saúde a participarem das atividades, principalmente da Oficina Para Gestores Públicos e Servidores da Área da Saúde sobre "Saúde das Mulheres Lésbicas", realizada em conjunto com o sindicato, quando será apresentada uma pesquisa feita em postos de saúde do SUS acerca do atendimento prestado a mulheres lésbicas na rede pública e após haverá debate sobre o preconceito institucionalizado nesses lugares. Será dia 27/08, das 14:00h às 18:00h, no auditório da Feessers - Rua Santo Antônio, 635. Também convida para a 1ª Marcha Lésbica, dia 30/8, no Parque da Redenção, às 13 horas.

# Impasse na negociação leva discussão para o TRT

Após quatro meses de negociação entre o SINDISAÚDE-RS e o Sindihospa (sindicato dos hospitais privados de Porto Alegre) sem nenhum resultado concreto, a discussão foi levada (a pedido do sindicato patronal) ao Tribunal Regional do Trabalho, para uma audiência de mediação, coordenada pelo seu vice-presidente Dr. Carlos Robson.

O encontro, em 13/7, durou quatro horas, sem nenhum acordo final, já que o SINDISAÚDE-RS não abre mão da extinção do Banco de Horas e o sindicato patronal não admite tal situação.

Na oportunidade foi discutida a possibilidade de mantê-lo na Convenção Coletiva de um modo geral, desde que haja acordos individuais com os hospitais da base do Sindihospa, que passariam a ser fiscalizados pelo SINDISAÚDE-RS, mas a discussão foi adi-

ada para uma próxima reunião para que o sindicato patronal pudesse avaliar melhor essa alternativa.

É preciso entender que o Banco de Horas representa à patronal uma grande fonte lucrativa, uma vez que cada hora depositada ali deveria ser paga em dobro e no prazo máximo de 30 dias. Por isso o SINDISAÚDE-RS tem insistido na sua exclusão ou na implantação de uma alternativa que diminua o prejuízo para os trabalhadores.

## Assembleia rejeita proposta do Sindihospa



Os trabalhadores da saúde que compareceram à Assembleia Geral do SINDISAÚDE-RS em 30/6 reprovaram por unanimidade a proposta apresentada pelo Sindihospa, que prevê a manutenção do Banco de Horas e apenas um reajuste de 5,92% do INPC, o que consideram ser apenas a reposição da inflação e um direito da categoria. E cientes do impasse nas negociações da Campanha Salarial 2009, eles aprovaram, também por unanimidade, a intensificação da mobilização em frente aos principais hospitais que formam o sindicato patronal em busca de um aumento



real nos salários, com sete acampamentos: 2/7, no Moinhos de Vento; dia 3/7, no Fêmina; 7/7, Ernesto Domeles; 8/7, no Conceição; 9/7, Mãe de Deus; 10/7 no Cristo Redentor e 14/7 no HCPA. Apenas o do HED não foi realizado, devido à forte chuva.



## Mobilização na base envolve categoria



## Audiência na Câmara pelo ESF mobiliza categoria

Entidades representativas dos trabalhadores da saúde pressionam vereadores pela votação do PL levando em conta as emendas substitutivas

O SINDISAÚDE-RS participou da audiência da Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (COSMAM) de 30/6 que discutiu mais uma vez a situação dos trabalhadores da saúde que integram o Programa de Estratégia Saúde da Família. Ao final da reunião ficou decidido que a Comissão irá pedir urgência na votação do Projeto de Lei do Executivo que cria o Departamento do Programa de Saúde da Família, que está desde março de 2008 tramitando naquele Legislativo.

Participaram também os Sindicatos dos Enfermeiros e dos Agentes de Saúde, os Conselhos Regionais de Odontologista, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Psicologia e Enfermagem, o Ministério Público do Trabalho, o Conselho Municipal de Saúde e representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre. A reunião foi presidida pelo vereador Carlos Todeschini e contou com a presença dos vereadores Beto Moesch, Dr. Raul, Dr. Thiago Duarte, Aldacir Oliboni e Sofia Cavedon.



João Menezes, presidente do SINDISAÚDE-RS ressaltou que os trabalhadores devem ser contratados como estatutários.



Embora as entidades representativas dos profissionais da saúde do Programa ESF sejam contra vários itens do PL do Executivo, ao qual já encaminharam um Projeto Substitutivo, todas foram unânimes em solicitar a

urgência da votação, no entanto solicitaram aos vereadores que analisem uma a uma das emendas apresentadas que modificam o Projeto do Executivo, pois este não corresponde aos anseios dos trabalhadores.

O presidente do SINDISAÚDE-RS João Roberto Menezes reivindicou que o ESF não seja criado como um Departamento da SMS como prevê o Projeto de Lei e sim como uma Coordenadoria, conforme o PL substitutivo. Também ressaltou a necessidade de trocar o regime celetista pelo estatutário conforme a vontade dos trabalhadores e já recomendado pelo Ministério Público do Trabalho. Salientou, ainda, a necessidade de ser votado em regime de urgência, considerando-se as emendas, em razão do término do contrato com o Instituto Sollus já no final de agosto.

### Hospital Livramento sob intervenção

Desde o dia 8/7 o Hospital Nossa Senhora do Livramento, o único de Guaíba, está sob intervenção, resultado de uma Ação Civil Pública encaminhada pelo Promotora de Justiça Dra. Gisele Muller Monteiro, ao Ministério Público Estadual, que a acatou e determinou a intervenção no hospital, o afastamento do presidente, Sr. Lázaro João Ferreira, e nomeação de um administrador e perito contábil.

Aliada a essa determinação, a juíza Tatiana Di Lorenzo, da 2ª vara Civil do município, também exigiu a liquidação da Fundação Assistencial Beneficente Guaíba. O SINDISAÚDE-RS está acompanhando o desenrolar da perícia contábil, que deverá apontar a viabilidade – ou não – econômica do hospital, bem como aguarda dos gestores públicos municipais e estaduais uma solução para manter o hospital aberto.

### Débito com o COREN-RS não impede o exercício profissional

Têm sido comuns notícias sobre as iniciativas dos órgãos da fiscalização profissional do cancelamento do registro por débito tributário, ou do afastamento da atividade profissional até a regularização, ou seja, o pagamento da anuidade. No entanto, o Poder Judiciário tem decidido reiteradamente que os Conselhos Profissionais não podem afastar do exercício da atividade ou cancelar o registro profissional por débito existente pelo profissional para com a Autarquia.

No Recurso Especial N° 552894, o Ministro Francisco Falcão, do Superior

Tribunal de Justiça – STJ -, decidiu que “Os Conselhos de Fiscalização Profissional são autarquias especiais e suas anuidades têm natureza de taxa. A cobrança das contribuições em atraso deve ser realizada através de execução fiscal e não por intermédio da coação ilícita que representa o cancelamento do registro do profissional de saúde.”

Outro exemplo: no mandado de segurança N° 2006.82.00.002641-4, que tramitou no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, o então Desembargador Federal Marcelo Navarro sustentou que “Os Conselhos de Fiscalização Profissional dispõem de meios lícitos para a cobrança

dos seus créditos, não podendo condicionar o exercício profissional de um filiado à quitação das suas anuidades em atraso.” Sendo assim, informa o advogado Roberto Chamis, assessor jurídico do SINDISAÚDE-RS no que se refere a este tema, quando houver a exigência, do empregador ou do Conselho de Fiscalização, no caso dos profissionais da enfermagem, o COREN-RS, para que a atividade profissional somente possa ser exercida mediante a exibição da quitação dos débitos tributários, saiba que essa exigência é abusiva e tida por ilícita pelo Poder Judiciário.

### Mãe de Deus indeniza quatro funcionários por dano moral

O hospital foi condenado a pagar mais de R\$ 110 mil por práticas de assédio moral

O Hospital Mãe de Deus foi condenado a indenizar por dano moral um técnico em enfermagem que foi demitido por justa causa em outubro de 2006. O valor pago foi de R\$ 52,3 mil, mais as custas do processo, que tramitou na 19ª vara do Trabalho de Porto Alegre sob n° 01193-2006-019-04-00-2. O técnico em enfermagem ingressou com a ação através do SINDISAÚDE-RS, que está sempre ao lado dos trabalhadores que se sintam desrespeitados nos seus locais de trabalho, ou seja, que sofram algum tipo de assédio moral.

Em um outro processo, o de N° 00297-2007-13-04-00-02, o Mãe de Deus foi condenado a indenizar uma enfermeira por assédio e dano moral no valor de R\$ 20 mil. A decisão foi na 13ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, que concluiu que a enfermeira sofreu, durante pacto laboral, graves pressões psicológicas, decorrentes da fiscalização exagerada e perseguição, por parte de sua supervisora. Inconformado com a decisão o hospital Mãe de Deus recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho que manteve a condenação.

Na sua terceira condenação, o Mãe de Deus foi obrigado a pagar R\$ 25 mil por dano moral, referente ao processo N° 01374-2005-030-04-00-5, julgado na 30ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Novamente recorreu da sentença no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e perdeu o recurso.

A auxiliar de enfermagem, admitida em 06/1981, foi demitida sem nenhum motivo em 08/2004. Ocorre que a mesma havia estado com benefício previdenciário entre 10/2003 e 03/2004, por apresentar “capsulite adesiva no ombro direito”. O Mãe de Deus não reconheceu o nexo-causal e acabou se dando mal.

A quarta, e com certeza não deverá ser a última, condenação do Mãe de Deus resultou em uma indenização por danos morais no valor de R\$ 15 mil, mais juros e correção monetária e, ainda, as custas do processo N° 00326-2007-010-04-00-07, que tramitou na 10ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Mais uma vez não concordando com a condenação, o Mãe de Deus recorreu da decisão no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, onde os magistrados votaram por unanimidade negar o recurso.

# A luta pelas 30 horas vence mais uma etapa

A Comissão de Seguridade Social aprova a redução de jornada



Mais uma vitória dos profissionais da enfermagem no Congresso Federal: a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal aprovou (em 24/6) por unanimidade o PL - 2.295 – que define a jornada de 30 horas semanais para a enfermagem, após avaliar o parecer favorável à redução da jornada do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP).

Isso significa um grande passo rumo à aprovação final da proposta. Outro fator importante é que o parecer manteve o texto aprovado pelos senadores e a proposta não precisará mais voltar ao Senado. A proposta – que altera a Lei N° 7.498/86, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem, será apreciada, ainda, pelas Comissões de Finanças e Tributação e a de Constituição e Justiça, antes de ir à votação no Plenário da Câmara.

Segundo a CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Saúde, essa vitória só foi possível porque houve uma intensa e geral mobilização

da categoria e dos sindicatos, entre eles o SINDISAÚDE-RS, que fizeram forte e intensa pressão em Brasília pelas 30 horas, principalmente nas bases dos parlamentares.

O deputado Faria de Sá em seu parecer pela aprovação defendeu a medida como “extremamente justa”, por ser o exercício da Enfermagem extenuante e implicar em vários riscos para a saúde dos profissionais e para acompanhar tratamento especial já conquistado por profissionais médicos, técnicos e auxiliares de laboratório e radiologia. O relatório também evidenciou a sobrecarga de trabalho da categoria.

A luta pela redução da jornada dos profissionais da Enfermagem vem de mais de 60 anos. Em 1944, a primeira lei do exercício profissional, somente aprovada em 1955, já pedia a jornada de 30 horas, em virtude das peculiaridades de atuação.

A Constituição Federal prevê, em seu inciso XIV do 7º artigo, que a jornada seja de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.



## Novos delegados sindicais

Mais dois novos delegados sindicais do SINDISAÚDE-RS: Marcos Lemos de Souza foi eleito em 17/6 pelos trabalhadores do Dom João Becker, de Gravataí. Marli Silva e Silva é sua suplente. É a primeira vez que o sindicato tem um representante nesse hospital. Já Clemi Rodrigues Rocha foi eleita em 21/7 como representante do Hospital Parque Belém. Concorreu com Sueli Lurdes Poltroniere, que ficou como sua suplente. Marcos, na foto, é o primeiro delegado da base de Gravataí.

## Apesar do apelo da população, deputados governistas rejeitam os 12 % para a saúde

Mais uma vez a maioria dos deputados mostrou que a saúde não é uma prioridade no Rio Grande do Sul. Na sessão de 7/7, sob as vaias do público que lotou as galerias do Parlamento, entre eles os trabalhadores da saúde, os apoiadores do governo Yeda Crusius rejeitaram a emenda popular à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010, que destinava 12% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) para saúde, que foi para votação com parecer favorável da Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa. Apenas os políticos do PT, PDT e PSB votaram a favor da emenda, que foi rejeitada por 24 votos contra 17 que disseram SIM à saúde.

Os aliados do governo também disseram NÃO à emenda popular, que determinava a aplicação de 35% da Receita Líquida de Impostos e Transferências (RLIT) na educação pública. Ao votarem dessa forma endossam a política do déficit zero da governadora Yeda Crusius, que retira verbas dessas duas áreas essenciais para os gaúchos.

Essa decisão deverá gerar novas ações judiciais contra o governo, que irão se somar a muitas outras: a dívida do Estado com a saúde chega R\$ 6 bilhões,

considerando os últimos seis anos. O SINDISAÚDE-RS desde 2004 assina junto a várias entidades ações desse tipo, como a de dezembro de 2008, quando a 4ª Câmara do Tribunal da Justiça determinou à administração estadual a devolução de R\$ 365 milhões, relativos ao que deixou de ser aplicado em 2003.

Com a mesma finalidade tramita outra Ação Civil Pública referente às verbas não repassadas ao setor em 2004 e 2005. Preocupados em garantir mais verbas à saúde, PT, PCdoB, PDT, PSB e entidades encaminharam representação ao Ministério Público Estadual, reivindicando a recomposição dos orçamentos do Estado de 2006 a 2008. Além de não cumprir a lei, o governo tucano também incluiu no orçamento da saúde atividades e ações não previstas.

O SINDISAÚDE-RS está decepcionado com os deputados que votaram contra mais recursos para a saúde, principalmente agora com tantos problemas no Estado, com o aumento de casos da Gripe A, emergência lotadas, falta de leitos e muitos outros casos de péssimo funcionamento da assistência à saúde que deixam a população gaúcha cada vez mais temerosa.



## Não esqueceremos seus nomes!

### PMDB

Alberto Oliveira  
Alceu Moreira  
Alexandre Postal  
Gilberto Capoani  
Sandro Boka  
PTB  
Aloísio Classmann  
Iradir Pietroski  
Adolfo Brito

### PP

Jerônimo Goergen  
João Fischer  
Marco Peixoto  
Pedro Westphalen  
Silvana Covatti  
DEM  
José Sperotto  
Marquinho Lang  
Paulo Borges

### PSDB

Adilson Troca  
Coffy Rodrigues  
Jorge Gobbi  
Mauro Sparta  
Nelson Marchezan Jr.  
Pedro Pereira  
Zilá Breitenbach  
PPS  
Carlos Gomes

# *Eles vestem a camiseta da Campanha Salarial 2009*

